

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ABORDAGEM DA UNIVERSIDADE MULTICAMPI.

Mauricio Alves da Silva¹ - mauricio.silva@uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins – UFT (Brasil)

Neila Nunes de Souza² - neilasouza@uft.edu.br

Universidade de Brasília – UnB (Brasil)

RESUMO

O presente estudo trata da Educação Superior e a Universidade multicampi, a partir dos anos 2000. A Universidade Federal do Tocantins referência para o estudo, por ser uma instituição multicampi, localizada no Norte do Brasil, criada em 2000, com seu efetivo funcionamento a partir de 2003. As inquietações são demonstradas desde a estruturação do ensino superior e, sobretudo, tendo curso efetivo a partir do Decreto nº 6.096/2007. O ensino superior se expande com uma nova configuração, o interior, a regionalização, a universidade nos mais longínquos rincões é uma realidade. Chegam os códigos de vagas, concursos para docentes e técnicos administrativos, o ingresso dos alunos e os cursos funcionando. Com eles vieram também os problemas, que residem desde a infra-estrutura física, o acervo das bibliotecas e até mesmo a permanência de técnicos e professores. O quadro que se apresenta em 2014 é outro. Com o ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se alargam as possibilidades de mobilidade dos alunos de todo o país freqüentarem as universidades federais brasileiras. As perguntas da pesquisa considerando essa nova configuração são: Diante desse fato, ainda faz sentido a interiorização? Ou seria fornecer todas as condições para que os alunos estudem em centros equipados, não significando que precise ser no interior, onde sobressaem as maiores carências?

PALAVRAS - CHAVE: Educação Superior; Multicampi; Interiorização, Tocantins.

1- Introdução

O presente estudo propõe-se a discutir a Educação Superior, com o olhar a partir dos anos 2000. Nesta dimensão não se pretende aprofundar sobre os Governantes/Presidentes da República, porém, a alusão, para que se dimensione o período que estamos nos referindo, nessa linha divisória, Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) faz-se necessário

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional.

² Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins - Doutoranda em Educação na UnB.

evocar o Ministro³ desta gestão Bresser Pereira que foi o protagonista do que os especialistas denominam da reforma do aparelho do Estado, na lógica gerencial, em conformidade com a lógica da empresa, e a universidade pública brasileira não ficou imune às reformas “[d]o ponto de vista histórico, as políticas educacionais brasileiras para a educação superior promoveram, ao mesmo tempo, a restrição do público e o estímulo à iniciativa privada [...]”. (SOUSA, 2011, p.193). Aspectos que serão evidenciados no decorrer do texto, pois nessa esteira, após FHC temos a era Lula, Presidente do Brasil (2002-2009). A expansão no Ensino Superior foi uma marca do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, e uma das vias foi o PDE⁴, que é constituído por um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias e, por fim, no último pleito Dilma Rousseff (2010-2014), mandato que chega ao fim, e, candidatura a reeleição, sendo nos últimos 12 anos, o País governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Localizar os governos nesse período de grandes transformações, sobretudo, na universidade pública brasileira é primordial para que se entenda a nova configuração do ensino superior, que se dá via Programa de Apoio a Planos de Re-estruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24/04/2007 e a outra via que abordaremos neste estudo é o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, como primeira iniciativa de avaliação⁵ geral do sistema de ensino implantado no Brasil, após o ENEM, utilizado entre 1998 e 2008, a prova na época não servia para ingresso em cursos superiores, exceto, no caso de candidatos que, com a nota do exame, se inscrevessem para conseguir bolsa de estudos em faculdades particulares pelo ProUni.

No ano de 2009 o Ministério da Educação (MEC) introduziu um novo modelo de avaliação para o Enem, com a proposta de unificar o concurso vestibular das universidades

³ Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE).

⁴ Plano de Desenvolvimento da Educação.

⁵ Observando-se que na Universidade acontece um movimento patrocinado pelo Estado, que toma fôlego na década de 1990 e cuja finalidade era avaliar a sua ação. Observa-se ainda, que nesse momento ocorre a institucionalização da avaliação na forma de Lei o que remeteria à lógica da nova gestão pública, ou seja, é a avaliação como forma e instrumento de regulação. Esse movimento e a necessidade da avaliação como regulação acontece em toda a América Latina, é o Estado avaliador, aplicado a valores como excelência e competitividade. [...] a avaliação cumpre um papel central nas políticas que visam transformar os sistemas de educação superior e tornar as instituições mais úteis e ligadas aos interesses e demandas do setor produtivo e do mundo do trabalho. Dado seu caráter social e político, em virtude também de sua efetividade, a avaliação é um campo de conflitos em que ocorrem as pesadas tensões oriundas das contradições da educação superior (SOBRINHO, 2002, 21).

federais brasileiras. O exame começou a ser utilizado como acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras por meio do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). No SiSU, os alunos se inscrevem para as vagas disponíveis nas universidades brasileiras participantes do sistema. A prova também começou a ser utilizada para a aquisição de bolsa de estudo integral ou parcial em instituições de ensino privadas por meio do ProUni (Programa Universidade para Todos) e para obtenção de financiamento através do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Além disso, o exame passou a servir também como certificação de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo, substituindo o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Em 2014, segundo dados do Ministério da Educação passam dos sete milhões de jovens que realizam o ENEM no Brasil.

É na perspectiva de discutir a expansão de cursos e vagas nas universidades federais que nos utilizamos da Universidade Federal do Tocantins- UFT como referência para o estudo, por ser uma instituição multi-campi, localizada no Norte do País. Criada em 2000, com seu efetivo funcionamento a partir de 2003. O ensino superior se expande com uma nova configuração, e o interior, a regionalização, a universidade nos mais longínquos rincões é uma realidade. Chegam os códigos de vagas, concursos para docentes e técnicos administrativos, o ingresso dos alunos e os cursos funcionando. Com eles vieram também os problemas, que residem desde a infra-estrutura física, o acervo das bibliotecas e até mesmo a permanência de professores.

A realidade que se apresenta em 2014 é outra, motivos pelos quais nos impulsionaram a pesquisar e as perguntas que nos acompanharam foram: Diante dessa nova realidade, ainda faz sentido a interiorização? Ou seria fornecer todas as condições para que os alunos estudem em centros equipados, não significando que precise ser no interior, onde sobressaem as maiores carências?

1- O sonho da educação superior

A educação superior no Brasil elitizada, desde os tempos que os estudos dos filhos das elites eram realizados principalmente em Portugal, encurtando este caminho, vivemos a ditadura, e todos os dissabores, a partir daí, a abertura para o grande ensaio democrático que vivenciamos na atualidade. A Universidade no Brasil tardia e para poucos, sobretudo, os mais abastados. No célebre discurso de Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília, por ocasião da abertura do regime democrático, tem-se a exata dimensão dessa realidade:

“Pode-se dizer, da cultura erudita brasileira, que ela serviu e serve mais às classes dominantes, para a opressão do povo, que a outra coisa. Muitas vezes foi como um enfeite, um adorno, quando não foi a legitimação do poder dos poderosos, a consagração da riqueza dos ricos e a consolação dos aflitos com as realidades desse mundo.

Mesmo quando dominou os saberes técnicos, os dominou muito mais para produzir, acumular e exportar lucros, queimando gente, do que para construir um país habitável, para implantar uma sociedade solidária. [...]”. (RIBEIRO, 1986, p.p. 09-10).

O recorte aqui é a reflexão sobre as possibilidades de estudar, cursar um curso superior e sobretudo, no interior, e isso é apresentado como possibilidade principalmente a partir de 2007, com o Decreto nº 6.096 de 24/04/2007, documento que ficou conhecido como o REUNI, como mencionado anteriormente é o Programa de Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras.

Do ponto de vista jurídico, segundo Mancebo e Lima (2012) o artigo 207 da Constituição de 1988 relaciona os princípios de autonomia entre o tripé indissolúvel do ensino, da pesquisa e da extensão. Em seguimento, a promulgação da Lei nº 9394/1996,

“[e]m consonância com as orientações de organismos externos, aprofundou a implantação de um modelo de educação superior amistoso com os interesses e demandas do mercado educacional, onde proliferaram as instituições de ensino superior que podem prescindir da pesquisa e da extensão, valendo-se apenas do ensino. Essa foi a forma encontrada pelos legisladores para atender, entre outros, aos interesses do setor privado, posto que esse novo tipo de arranjo acadêmico representa grande redução nos custos dos cursos oferecidos por essas instituições. (MANCEBO e LIMA, 2012, p.130-131).

Na lógica do “menor custo” e do “mais fazer” a educação passa a ser tratada como produto que se vende e também pode ser comprado, desde que adaptado a um sistema que no dizer de Chesnais (1996) fala-se de capitalismo e de uma nova configuração de capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. A universidade não está imune, pelo contrário, é parte de um processo em que não só precisa conter gastos, mas que também pode dar lucro.

Assim, além de não ser mais o padrão institucional prevalecente, espera-se que a universidade pública deva prover seus recursos para manter-se e, ainda, captar recursos que possibilitem sua sobrevivência para além do Estado, discussão que não se restringe ao local. A redução de gastos e a busca de recursos privados estão presentes cada vez mais nas instituições públicas, seja na captação de recursos pelo docente através de projetos, ou mesmo, condicionando suas pesquisas ao financiamento proporcionado pela iniciativa privada. (SOUZA e SILVA, 2014, p.3).

E, sobretudo, as universidades periféricas se renderam a condição do interior possuir curso superior, os professores concorrendo aos editais na tentativa de fazer pesquisa, obviamente que não é para todos. Vale o registro de que segundo: Junior e Catani (2007) nos

dois mandatos de FHC, apesar do número de instituições e matrículas ter aumentado o número de contratação de docentes e técnico-administrativos diminuiu, nesses moldes:

A tendência de intensificação do trabalho e da precarização de suas relações põe-se já aí em razão da estrutural mudança do projeto para o país, com a aderência à predominância financeira e a nova função e estrutura do aparelho de Estado e das instituições republicanas. Embora de forma mais palatável à sociedade, a aderência à predominância financeira se manteve com Lula, o REUNI foi criado, e por essa medida compensatória, o trabalho docente foi intensificado e precarizado. Entendemos que assim se pode explicar a aparente positividade da política de expansão do ex-presidente Lula. (JUNIOR e CATANI, 2013, p.166).

Começa uma corrida ao fortalecimento da graduação, criam-se os cursos de pós-graduação stricto-sensu, inócuo, primeiro porque os cursos de pós-graduação funcionam separados da graduação e segundo porque os programas não comportam o corpo de docentes, nem mesmo aos que já aderiram à lógica produtivista da CAPES⁶, o currículo lattes já não é mais a única condição, faz-se necessário criar outros mecanismos para que se mantenha o status da pós-graduação. E as condições de trabalho dos docentes cada vez mais precarizadas.

2- Um pouco da História da UFT

Para nos pronunciarmos sobre a Universidade Federal do Tocantins (UFT), necessitamos nos reportar a criação do Estado do Tocantins, que data de 1988, e até o ano de 2000, figurava no cenário nacional, como o único Estado da Federação que não possuía uma Universidade Federal. A instituição pública que existia no Estado era Estadual que passou seu patrimônio físico para a federal, bem como transferiu os discente. A UFT instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, que nasce multicampi, sendo sete campi distribuídos de Norte a Sul do Estado (como pode ser visualizado na figura 1), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Tem como objetivo principal de subsidiar o Ministério da Educação na formulação das políticas de pós-graduação, coordenando e estimulando, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e apoios.

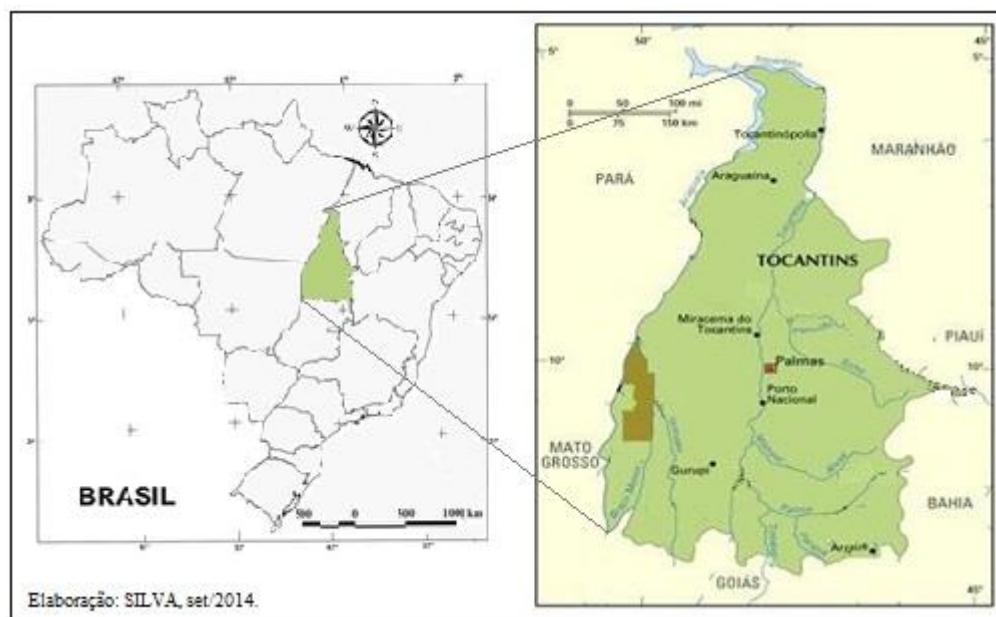


Figura 1. Localização dos Campi da UFT no Estado do Tocantins.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos, inclusive o único curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos, estrutura física dos sete Campi existentes.

Os Campus são ao Norte Tocantinópolis, Araguaína e Miracema do Tocantins, o Campus sede em Palmas e ao Sul, Porto Nacional, Gurupi e Arraias.

No ano de 2014, a UFT conta com 40 cursos de graduação, 18 cursos de pós graduação, sendo 15 de mestrado e 3 de doutorado, hoje de acordo com os dados da UFT em números⁷ são 935 professores efetivos, 650 técnicos administrativos e .aproximadamente 16000 alunos.

A UFT inicia suas atividades desde a implantação construindo sua identidade e observando as políticas nacionais, inicialmente seu ingresso se dá somente pelo vestibular convencional. Concomitante a política nacional, o ingresso era de 25% pelo ENEM, nesta tendência o ano de 2014 é um novo marco, visto que a partir deste ano será de 100% de ingresso pelo ENEM. A UFT realizou no dia 17 de agosto de 2014, o último vestibular da

⁷ <https://www.intranet.uft.edu.br/index.php>. Acesso em: 26 de setembro de 2014.

instituição, a partir dessa data as vagas serão 100% por meio do ENEM⁸, pelo Sistema de Seleção Unificada⁹ (SiSU), que é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no qual instituições públicas de ensino superior, disponibilizam vagas para candidatos participantes do ENEM.

3- Os docentes e a consolidação da Universidade

O concurso e os docentes de todos os cantos do país chegam com suas famílias, muitos deles é a primeira vez que entram em sala de aula, realizaram seus estudos com bolsa, desde a graduação a pós-graduação, outros oriundos de instituições particulares, de escolas públicas e outros profissionais experientes, enfim, dessa forma constrói sua identidade, em um estado novo, antigo.

Desde o início do funcionamento da UFT os docentes se inscreviam para o certame, se deslocavam de suas localidades até a Capital Palmas, realizavam as provas do concurso, maioria só sabia o nome do município para o qual estava realizando o concurso, em um dos seis campus do interior do Estado do Tocantins, ou mesmo para Palmas e, retornavam para seus lugares de origem. Aprovado retorna o professor que vem para ficar, para se apresentar na cidade que irá trabalhar e, não raras vezes o choque, de um interior que não tem as condições objetivas de uma grande cidade. Muitos assumem e diante das condições desse “novo” lugar não conseguem se estabelecer com suas famílias, por questões das mais variadas naturezas. São freqüentes as transferências, remoções, permutas, docentes adoecendo, bem como suas famílias, por vezes até mesmo pedido de demissão. A construção e a consolidação da Universidade passa também pelas condições dos docentes que aqui se propõem a viver.

A partir de 2014 os concursos ficaram sob a responsabilidade de cada Campus, nesses termos o candidato nos dias da prova já conhece o local de trabalho que irá exercer a docência, se tiver êxito no certame a que se propôs.

⁸ Aproximadamente 11 mil candidatos realizaram o último Vestibular 2014/2 da Universidade Federal do Tocantins – UFT - 748 nomes classificados nas vagas distribuídas em 40 cursos nos sete campus do Estado. Outras 747 vagas foram preenchidas pelo Sistema Unificado de Seleção, via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Ministério da Educação (MEC). <http://ww1.uft.edu.br/index.php/noticias/13399-resultado-final-do-vestibular-2014-2-da-uft-e-divulgado>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

⁹ O processo seletivo do SISU é realizado duas vezes ao ano, sempre no início do semestre letivo. A inscrição é gratuita, em uma única etapa e é feita pela internet. As instituições públicas de ensino superior que optam por participar do SISU ofertam vagas em seus cursos. Ao final do período de inscrições, são selecionados os candidatos mais bem classificados dentro do número de vagas ofertadas. <http://sisu.mec.gov.br/>. Acesso em:30 de setembro de 2014.

Dessa forma, acredita-se que as possibilidades do professor permanecer na UFT são maiores, mas o fundamental é que se implante uma política de fixação para os docentes, pois a autonomia proclamada precisa ser em condições de que todos usufruam.

4- Para não concluir

A realidade que se descortina nos remete a necessidade da discussão e do repensar a Universidade adaptada as novas demandas, mas sobretudo, diante de suas reais condições de manutenção e funcionamento que necessariamente passam pelas condições de trabalho dos docentes.

Necessita de tomada de decisão, política, pois efetivamente está se proporcionando o ingresso de mais alunos nas universidades, porém no interior, com as condições de carência de toda ordem, o estudante pobre, estuda na universidade pobre, sem pesquisa, extensão, capenga, e, o ensino que ainda utiliza o giz, como principal recurso, vai-se dizendo que vamos ensinando.

No que tange a o ENEM, os alunos agora escolhem as universidades para a qual conseguiram pontuar, não mais preso a um único vestibular ou vestibular específico para cada instituição. Com a expansão a idéia era a interiorização da universidade para atender a população mais distante e dar oportunidades promovendo a inclusão social, são “os de baixo” chegando a universidade, como dito anteriormente, a universidade pobre.

Se a seleção era para atender o regional, o que dizer de acadêmicos com mobilidade? As bolsas permanência, alojamentos e restaurantes universitários. Estes investimentos se justificariam no interior, se fossem aliados ainda a outras condições, a exemplo do transporte público e bibliotecas equipadas. Com a mobilidade, faz-se necessário um novo repensar, talvez uma nova configuração. Não seria criar os centros estratégicos com infraestrutura adequada em pólos ou capitais? Como fixar professores e técnicos no interior, com as atuais regras de produção ditadas pela Capes?

A educação no Brasil hoje se transformou em moeda de troca, uma mercadoria valiosa, sobretudo, para as empresas que se instalam aqui com um único fim, o lucro. Esse filão chamado de educação, movimenta a bolsa de valores com suas ações e também se faz presente no interior, impondo a lógica do capital.

5- Referências

CHESNAIS, François. (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.

DIAS SOBRINHO, José. (2002). *Universidade e avaliação. Entre a ética e o mercado*. Florianópolis: Insular.

JÚNIOR, João dos Reis Silva e CATANI, Afrânio Mendes. (2013). A Educação Superior Pública Brasileira nas duas Últimas Décadas: Expansão e Mercantilização Internacionalizada. In: SOUSA, José Vieira de. *EDUCAÇÃO SUPERIOR: Cenários, impasses e propostas*. Campinas, SP: Autores Associados..

MANCEBO, D., LIMA, K., R., S..TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. In: MANCEBO, D., BITTAR, M., CHAVES, V., L., J..(Orgs.). *EDUCAÇÃO SUPERIOR: Expansão e Reformas Educativas*. Maringá: Eduem, 2012.

RIBEIRO, Darcy. (1986). *Universidade Para Quê?* Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

SOUSA, J. V. de. (2011). EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO, AVALIAÇÃO E TENDÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR. In: CUNHA, C. da, SOUSA, J. V. de, SILVA, M. A. *Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios*. Campinas, SP: Autores Associados.

SOUZA, N. N.; SILVA, M. A. (2014). A AVALIAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOBRE COMO APARECE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ANDIFES. Cadernos ANPAE, v. 18, p. 1-15-15.

Endereços Eletrônicos:

<http://ww1.uft.edu.br/index.php/noticias/13399-resultado-final-do-vestibular-2014-2-da-uft-e-divulgado>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

<http://sisu.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

<https://www.intranet.uft.edu.br/index.php>. Acesso em: 26 de setembro de 2014.